

# Desafios do ensino de telejornalismo em tempos de pandemia: o ensino remoto para pessoas com deficiência

## Challenges of teaching telejournalism in times of pandemic: remote learning for people with disabilities

Paulo Eduardo Lins Cajazeira

*Pós-doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior – Portugal. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo. Mestre em Comunicação e Linguagens pela UTP/PR. Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela PUC do Paraná. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Líder do Grupo de Pesquisa: Laboratório de Pesquisas Avançadas em Jornalismo - LAPAJOR/CNPq/UFPel. Email: paulo.cajazeira@ufca.edu.br.*

Michele Negrini

*Jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria; mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Realizou estágio pós-doutoral no programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da UFBA. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas. Integrante do núcleo de pesquisadores do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele). Email: mmnegrini@yahoo.com.br.*

Roberta Roos

*Jornalista. Doutora em Comunicação pela UFSM. Professora da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. Integrante do núcleo de pesquisadores do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo (GIPTele), do Grupo de Pesquisa Comunicação Televisual - COMTV e do grupo Jornalismo em Redes e Convergência. Email: robertaroosthier@gmail.com.*

### Resumo

*A educação é um direito de todos. E pessoas com deficiências têm esse direito garantido legalmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015). Em tempos de pandemia do coronavírus, as aulas nas instituições de ensino superior passaram a ser efetivadas de forma remota e se tornaram desafiadoras para professores e discentes. O desafio se torna ainda maior quando envolve alunos com algum tipo de deficiência. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre as dificuldades e soluções encontradas no ensino de telejornalismo, neste contexto, com foco na observação das metodologias adotadas para proporcionar o aprendizado acessível. Vamos abordar as ações inclusivas realizadas na Unipampa e da UFPel. E vamos nos deter nas práticas inclusivas da UFCA.*

### Palavras-Chave

*Ensino de telejornalismo; Contexto de pandemia; Acessibilidade.*

### Abstract

*Education is everyone's right. And people with disabilities have this right legally guaranteed in the Federal Constitution of 1988 and in the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (No. 13,146/2015). In times of coronavirus pandemic, classes in higher education institutions started to be held remotely and became challenging for teachers and students. The challenge becomes even greater when it involves students with a disability. Therefore, this article aims to reflect on the difficulties and solutions found in teaching telejournalism, in this context, focusing on the observation of the methodologies adopted to provide accessible learning. We are going to address the inclusive actions carried out at Unipampa and UFPel. And let's focus on the UFCA's inclusive practices.*

## Keywords

*Teaching telejournalism; Pandemic context; Accessibility.*

# 1. Telejornalismo Universitário em tempos de pandemia

Com a pandemia do coronavírus, práticas telejornalísticas e o ensino universitário nesta área tiveram amplas reconfigurações. Desta forma, este artigo tem como foco a reflexão acerca das dificuldades e das soluções encontradas no âmbito do ensino de telejornalismo em tempos pandêmicos, com foco específico para metodologias voltadas ao aprendizado acessível em três universidades brasileiras: a Universidade Federal do Pampa, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal do Cariri, a qual nos deteremos mais detalhadamente.

O ensino a distância que já vinha sendo apontado como tendência de futuro na educação, virou realidade para professores e alunos do mundo inteiro com a chegada da pandemia de Covid-19. As aulas remotas deixaram de ser uma opção e passaram a ser uma alternativa viável para o seguimento do ano letivo nas instituições de ensino, mesmo com o isolamento social. Diante disso, o ensino que já apresentava um processo gradual de implementações tecnológicas, para fins pedagógicos, foi acelerado para suprir as práticas docentes e metodológicas.

Para Souza (2020) o ensino da teoria e prática, precisam moldar-se para atender as especificidades do dia a dia, pois “a partir do pensar propedêutico do ensino, e do próprio Jornalismo, torna-se possível construir o início de uma proposta pedagógica a ser desenvolvida e aplicada. No entanto, entende-se que essas propostas são mutáveis e se ressignificam a cada novo contexto” (SOUZA, 2020, p.8). No ensino do telejornalismo não é diferente. As expectativas que são complexas e desafiadoras sobre esta prática, requerem o exercício de diferentes visões por parte do docente. Na atualidade, as transformações, principalmente tecnológicas, possibilitam que os equipamentos amadores ganhem espaço nas produções audiovisuais, e da mesma forma dentro do jornalismo televisivo. Para Negri e Roos (2020, p.167):

A presença de materiais providos de vídeos amadores se mostra como uma alternativa na ausência do registro profissional de um fato e aponta para a existência de tensionamentos nas lógicas referenciais de composição do telejornal de referência. Mas, o uso destes materiais não pode comprometer a qualidade da reportagem e diminuir as possibilidades de entendimento do conteúdo por parte do público.

A convergência midiática favorece as modificações na estruturação narrativa no telejornalismo, tendo como direcionamento as múltiplas telas. O jornalismo não pode mais ser produzido somente para o público que assiste televisão. É preciso, também, abranger diferentes dispositivos. Assim como analisam Roos, Negri e Belochio (2019, p.6):

Trata-se de uma conjuntura marcada pela alteração dos hábitos e práticas dos consumidores. Em meio a transformações tecnológicas que possibilitam, entre outras ações, a busca e o acesso a uma diversidade de opções de informações e entretenimento, de maneira facilitada, os cidadãos têm suas preferências modificadas.

Faz-se necessária, nesse sentido, a reflexão de professores e alunos quanto a direção que o ensino de telejornalismo deve seguir. As exigências foram flexibilizadas na composição das entrevistas e reportagens, neste cenário de pandemia. Porém essas produções necessitam cumprir critérios estabelecidos pela profissão. Diante disso, as disciplinas de telejornalismo

estão passando por um processo de flexibilização. Os telejornais universitários que continuam com as atividades de forma remota aderem a um caráter particular quanto à produção de pautas. Para Negrini e Roos (2020, p.168): “no caso do ensino de telejornalismo, o uso de ambientes virtuais passou a imprimir novas perspectivas e ressignificações para a realização de atividades práticas e para o desenvolvimento de telejornais”.

Nas produções audiovisuais ocorre o surgimento iminente de características específicas do momento de pandemia. Tais como, o uso recorrente das câmeras de celulares e/ou as de computadores, sendo estes aliados aos dispositivos de captação de áudio. Dando-se, assim, ênfase maior aos fatos e não aos formatos em que são produzidos. Visto que as flexibilizações ocorrem mediante protocolos sanitários e de distanciamento social. Para Negrini e Roos (2020, p.168), tem ocorrido “a apresentação de sonoras, na maior parte dos casos, à distância, através da mediação de suportes técnicos; com a utilização de muitas imagens de arquivo e com o amplo uso de recursos gráficos para suprir a falta de imagens”.

A utilização técnica de dispositivos móveis, acessíveis para a nova realidade didática, em que alunos e professores vivenciam no ensino a distância, apresenta-se como uma nova narrativa jornalística dos produtos tradicionais de comunicação. No âmbito de práticas telejornalísticas reconfiguradas faz-se essencial a reflexão sobre inclusão e acessibilidade quando se fala em ensino remoto.

## **2. O direito ao ensino remoto para todos os estudantes: acessibilidade nas aulas de telejornalismo à distância**

A falar do ensino em tempos de pandemia, Paiva (2020) salienta que neste contexto, uma denominação que emergiu foi “ensino remoto emergencial”. A autora salienta que, em nível de Brasil, as soluções para o ensino em tempos pandêmicos se sobressaíram de acordo com as condições exibidas por cada estado e por cada município.

O assunto ensino remoto emergencial, de acordo com Behar (2020, s/p), não é sinônimo de educação à distância:

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado.

A partir das palavras de Behar (2020), cabe visualizar a complexidade em se falar em ensino remoto emergencial, que despontou como uma alternativa para o seguimento das aulas em meio a uma crise sanitária em nível mundial. Paiva (2020) ainda ressalta as dificuldades encontradas para a concretização do ensino de forma remota no cenário brasileiro: “Apesar de muitas secretarias de educação, com maior ou menor agilidade, terem providenciado material na internet, aulas gravadas e transmissão por TV, inúmeros estudantes ficaram totalmente isolados e desvinculados das escolas em todo o país” (PAIVA, 2020, p.64). A autora ainda aponta que na rede particular de ensino, em todos os níveis, alternativas foram encontradas de forma mais rápida. Já no caso das instituições públicas, o processo foi mais lento.

Em relação às universidades, as formas e modelos de ensino foram configurados individualmente por cada instituição de ensino superior. Renó (2020, s/p) assinala que: “algumas universidades optaram pela continuidade em todas as disciplinas por meio do ensino remoto, outras suspenderam as aulas práticas e houve, inclusive, aquelas que suspenderam todas”. Independentemente das opções de cada instituição, ressignificações nas práticas

educativas precisaram ser visualizadas, professores necessitaram reinventar as práticas cotidianas e pedagógicas e as suas formas de transmissão de conhecimento careceram ser repensadas e reavaliadas. Em relação ao ensino no âmbito dos cursos de Jornalismo nas universidades, cabe apontar a complexidade na efetivação das disciplinas essencialmente práticas, como o telejornalismo. O ensino nesta área, normalmente, já é dotado de complexidades, como dizem Negrini e Roos (2020):

Falamos no ensino de telejornalismo é adentrar em um contexto complexo e desafiador e que requer o manejo de diversas perspectivas por parte do professor, que vai desde o domínio da construção textual voltada à apresentação de um fato na TV, abrangendo também a necessidade de conhecimentos técnicos sobre o manejo de equipamentos de captação de imagens e sobre softwares de edição (NEGRINI E ROOS, 2020, p.5).

As palavras de Negrini e Roos (2020) demonstram que o jornalismo para a TV tem sua tessitura constituída por diversas perspectivas, como textos verbais, imagéticos e outras manifestações sonoras. E para a efetivação do ensino deste gênero em âmbito prático, a pandemia foi um agravante e imputou diversas dificuldades tanto para docentes, como para discentes.

Além de todos os desafios em nível técnico e pedagógico, docentes e instituições de ensino se viram diante da essencialidade de inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva no âmbito do ensino remoto emergencial. Lembrando que o direito à informação e à acessibilidade está regido na legislação brasileira. Vale destacar que a Constituição Federal de 1988, no artigo 23, assinala: “II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. (BRASIL, 1988, s/p). Em relação às garantias de acessibilidade às pessoas com deficiência, Rubira (2019, p.24) salienta:

É válido também afirmar que todos os direitos das pessoas com deficiência estão presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948, e na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 1975, ambos, documentos regulamentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aderidos pelo Brasil.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015) é voltada à promoção da igualdade e da acessibilidade de pessoas com deficiência aos mais diversos setores. O artigo 8º aponta:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Mesmo com garantias legais, nem sempre as pessoas com deficiência têm ferramentas de acessibilidade disponibilizadas. E, no caso do ensino remoto emergencial, as instituições precisaram buscar alternativas para garantir o acesso destas pessoas às aulas e aos conteúdos oferecidos via web. Vamos abordar as ações inclusivas realizadas na Universidade Federal do Pampa e da Universidade Federal de Pelotas. E vamos nos focar, de forma mais detalhada, nas práticas inclusivas da Universidade Federal do Cariri, que, por meio da Secretaria de

Acessibilidade, está realizando a legendagem para estes estudantes

### 3. Práticas inclusivas no âmbito da UFPEL e da Unipampa

Para tratar de acessibilidade e inclusão no âmbito da Universidade Federal de Pelotas, a instituição possui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI. De acordo com informações disponíveis no site da UFPEL<sup>1</sup>, o NAI foi inaugurado em 15 de agosto de 2008 e tem atuação com foco na promoção de políticas e ações voltadas à consolidação da inclusão no ensino superior “através da busca conceitual, política e prática pelo acesso, permanência e qualidade em todos os níveis, espaços e cotidianos da Universidade” (UFPEL, web, s/p). Sobre o NAI, o site da UFPEL destaca:

O NAI apresenta como princípios norteadores, a concretização o Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL, aprovado pelo CONSUN em março de 2016 e a efetivação da Lei 13.409/2016, que dispõe sobre as cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior, além das demais legislações vigentes, por onde suas ações são encaminhadas, a fim de possibilitar a inclusão qualificada de todos e todas na Universidade, não só como presença física, mas principalmente como potencializadoras de emancipação, autonomia e pertencimento (UFPEL, web, s/p).

O site da UFPEL ainda aponta que o NAI promove ações voltadas à conscientização, além da formação compartilhada de coordenadores, técnicos, professores, tutores, monitores e comunidade em geral. O NAI também oferece serviços especializados a alunos de diversos cursos da instituição, além da disponibilização de intérpretes para aula e eventos e da criação e organização de recursos didáticos voltados à acessibilidade e inclusão. Sobre as ações do NAI, o terapeuta ocupacional Rodrigo Vital (2021, s/p), membro da equipe do núcleo, assinala

Nós temos 3 linhas de atuação. O atendimento educacional especializado, no qual avaliamos as demandas específicas de estudantes, bem como se eles precisam de atendimento educacional especializado do NAI. Caso precisem, eles são atendidos semanal/quinzenal. E o objetivo é o desenvolvimento de habilidades específicas e/ou acompanhamento do ensino aprendizagem. Há dois tipos de atendimentos: o psicopedagógico e o terapêutico ocupacional. O primeiro lida com as questões específicas de ensino. E o segundo lida com a participação e desempenho de atividades da vida acadêmica.

Dessa avaliação, nós fazemos um documento orientador pedagógico, contendo todas as orientações para a acessibilidade e inclusão dos estudantes. Esse documento é enviado para as coordenações de cada curso que, por sua vez, os envia a docentes que atuam com os estudantes.

Para o ensino remoto emergencial, o NAI elaborou dois documentos gerais e que orientam especificamente a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiências auditiva e visual nos sistemas on-line. Vital (2021, s/p) salienta que os documentos específicos para as deficiências visual e auditivas foram pensados porque, na experiência prática do NAI, foram os tipos de deficiência que tiveram maiores desafios no regime remoto, devido às plataformas utilizarem muitos recursos visuais, bem como de comunicação verbal/sonora/linguística nos momentos síncronos.

O primeiro, “das atividades remotas e, ou de ensino à distância para as pessoas com deficiência auditiva”, traz diversos parâmetros voltados para a inclusão de surdos no processo educacional. Em relação às atividades síncronas, há várias orientações no documento, como:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobre/>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

- d) Quando possível, a pessoa que está falando deve fazê-lo com a câmera ligada, permitindo que as pessoas com deficiência auditiva façam a leitura labial e acessem o conteúdo falado (a câmera deve focar o rosto, facilitando a visão dos lábios de quem fala);
- e) Quando uma orientação/notificação/aviso for feito durante uma aula síncrona, é importante fazer o reforço dessa comunicação, enviando uma mensagem de email para cada estudante com deficiência auditiva (isso diminui os problemas de comunicação, garantindo um acesso à mensagem que foi falada). (UFPEL/ NAI, 2020a, p.5).

O segundo documento, “das atividades remotas e, ou de ensino à distância para as pessoas com deficiência visual”, é voltado a dar respaldo ao processo de ensino/ aprendizagem de pessoas com deficiência visual. Entre os parâmetros abarcados, cabe enfatizar a necessidade do cuidado na exibição de recursos imagéticos, como imagens, figuras e gráficos, sendo necessária a realização de descrição quando estes são usados.

Na Unipampa, a acessibilidade também possui um núcleo específico para ações inclusivas. O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE) é um setor vinculado à Coordenação Acadêmica, responsável pela execução da política de assistência estudantil e pelo apoio pedagógico e psicossocial no âmbito do Campus, de forma integrada com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com a Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e com o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA).

Neste período de pandemia, a Universidade Federal do Pampa iniciou um processo de articulação entre as pró-reitorias na atenção às questões de acessibilidade. A PROGRAD e a PRAEC têm se articulado com o NINA para fomentar metodologias acessíveis. O Programa, coordenado pela PROGRAD, visa apoio aos docentes para que as aulas sejam acessíveis, bem como todo e qualquer material produzido, desde slides até vídeos e produtos na plataforma web.

Além disso, estão sendo desenvolvidos programas de bolsas e de formação em produção de materiais digitais acessíveis, que já estão na segunda edição. Cada Campus recebeu uma bolsa de 12h semanais para a realização destes programas, que contam com a participação de servidores em cada campus e de bolsistas. No canal da PROGRAD no Youtube, é possível encontrar os vídeos de todos materiais produzidos para as formações.

Já o programa coordenado pelo NINA, em articulação com a PRAEC, está voltado diretamente aos discentes, com bolsas de 20h semanais. Além disso, o NINA tem oferecido cursos de formação através de convênios com outras instituições, como por exemplo com o IBC (Instituto Brasileiro de Cegos).

A articulação em diversas frentes na Unipampa leva em consideração que a acessibilidade, em tempos de AERES (ATIVIDADES DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAIS), adquire características específicas. O NUDE conta ainda com a bolsa das ações afirmativas, através do trabalho de oito bolsistas em planejamento articulado: inclusão digital; monitorias individuais aos estudantes que necessitem de apoio específico; apoio aos docentes na produção de material pedagógico, informacional e comunicacional acessível.

Há muito para avançar, já que não basta tornar acessíveis os materiais, se não houver a acessibilidade atitudinal. Muitas pessoas ainda estão distantes dessa preocupação, por isso, a procura por parte dos docentes para tornar acessíveis os materiais, ainda é pequena. Mas é de se comemorar que a preocupação com a acessibilidade venha crescendo por parte da gestão da Instituição.

#### **4. O caso da UFCA**

As aulas presenciais na Universidade Federal do Cariri (UFCA) foram suspensas em 23 de março de 2020, por determinação da Resolução nº10 do Conselho Universitário da UFCA, em razão da necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia do novo coronavírus. As atividades presenciais, no entanto, foram suspensas uma semana antes, em 16 de março de 2020. Apenas em agosto do mesmo ano, as aulas foram retomadas, porém, em formato remoto, o chamado período letivo especial. Um desafio para centenas de professores e estudantes nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, em especial, para os alunos com deficiência auditiva.

Conforme entrevista concedida pela Diretoria de Comunicação da UFCA<sup>2</sup>, a mobilização em torno de uma adaptação do ensino de graduação vislumbrou a oferta de ensino remoto facultativo ou, em termos formais, o “Período Letivo Especial”. Nesse Período Letivo Especial, a oferta de disciplinas pelos professores durante a suspensão do calendário acadêmico foi opcional, com contabilização de carga horária. A adesão à modalidade seria livre também para os estudantes, sem necessidade de trancamento do semestre nos casos dos discentes que preferiram continuar esperando o retorno presencial.

O Período Letivo Especial foi disciplinado sob parâmetros distintos do ensino presencial, com novas formas de registro de frequência, de contagem de carga horária e de avaliação dos discentes. Um documento norteador previu essas questões e também a operacionalização das possíveis atividades remotas, o que incluiu a capacitação do corpo docente na utilização de tecnologias de informação e comunicação em ambientes virtuais.

Para ampliar a possibilidade de adesão ao Período Letivo Especial, o Auxílio Inclusão Digital (oferecido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/UFCA desde 2018) seria potencializado com recursos antes previstos para financiar as refeições nos Refeitórios Universitários (RUs) da UFCA – atualmente paralisados. O planejamento previu que o benefício impactasse 1.500 estudantes de graduação da UFCA em situação de vulnerabilidade socioeconômica – o que representa quase 40% do corpo discente. Eles receberam o valor de até R\$ 1.300 para compra de novos equipamentos, para conserto de equipamentos já adquiridos ou para upgrades (atualizações) de sistema ou de hardware (peças físicas do equipamento). Paralelo à ampliação do Auxílio Inclusão Digital, estudantes beneficiários do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) receberam um *voucher* de R\$ 60,00 a R\$ 70,00, por mês, para custear conexão à internet de qualidade. Esse subsídio durou até o fim de 2020, depois do qual a instituição precisou readequar o orçamento destinado à Universidade pelo governo federal, conforme a Lei Orçamentária de 2021. Também como forma de mitigar a insegurança alimentar dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica, que perderam o acesso aos RUs durante a pandemia, a PRAE/UFCA organizou o Auxílio Segurança Alimentar. O auxílio, de R\$ 132,00, foi destinado aos discentes com renda per capita de até meio salário mínimo, independentemente de já serem contemplados com outros auxílios ou com bolsas da instituição.

## O ensino remoto

As disciplinas teóricas foram adaptadas e cumpridas antecipadamente, enquanto a Universidade aguardava as condições necessárias ao cumprimento dos componentes práticos e laboratoriais. Do ponto de vista discente, a principal dificuldade no cenário de atividades remotas (já praticado pelos setores administrativos da UFCA, que não chegaram a paralisar) foi de superar os problemas de conexão à internet e de acesso aos equipamentos de informática.

A Pró-Reitoria de Graduação/UFCA e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por e-mail em 10 de maio de 2021.

Inovação (PRPI/UFCA) promoveram uma pesquisa junto ao corpo discente em maio de 2020, para verificar as condições ambientais de estudo e, assim, dimensionar as carências tecnológicas a suprir. Pouco mais de metade dos 4.000 estudantes da UFCA (50,9%) responderam a pesquisa. Com a retomada das aulas no sistema remoto, por meio da Plataforma Google for Education (Google classroom ou Google sala de aula), os estudantes puderam acompanhar as aulas virtuais. Contudo, uma parcela de estudantes com surdez ou ensurdecidos necessitava de maior apoio e atenção. A Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Cariri entrou em contato com os estudantes com deficiência, a fim de verificar as dificuldades com as aulas remotas.

Ao aluno surdo, a exemplo, que já possuía o domínio prévio da Libras (língua brasileira de sinais) foi dada a opção de acompanhamento de um intérprete de Libras da universidade na plataforma digital durante as aulas síncronas (ao vivo), além do acesso às aulas gravadas. Porém, uma outra questão importante se apresentou, como o aluno surdo ou ensurdecido, que não domina a Libras, poderia acompanhar às aulas? Conforme informações da Secretaria de Acessibilidade<sup>3</sup>, realizada por meio e-mail em 15 março de 2021, o Curso de Jornalismo da UFCA, por exemplo, possui um aluno surdo, sem o domínio da Libras. Além da surdez, o estudante é detentor do espectro autista. Entrado em contato com a família do estudante, a assistente social da UFCA verificou que o mesmo possuía 90% da audição e preferia que as aulas fossem legendadas, gravadas e disponibilizadas a posteriori. Como encaminhamento da problemática, o setor de acessibilidade conseguiu, por meio de um edital público de seleção de bolsistas de graduação, uma vaga para estudante de graduação do curso de jornalismo da UFCA, com domínio do processo de legendagem, edição de vídeo, acesso a computador e a internet.

O processo operacional de legendagem de uma vídeo-aula exige do profissional estar atento às falas, seja do professor e das intervenções dos alunos, domínio do processo de decupagem (assistir ao material gravado e anotar o tempo e as falas dos personagens) e disciplina na execução. O tempo das aulas dos docentes que lecionam para o referido aluno foi limitado a uma hora no sistema síncrono. A limitação ocorreu em razão das cinco disciplinas obrigatórias semanais. O profissional de legendagem, em tempo hábil, não conseguiria entregar os vídeos legendados no prazo de uma semana. Com isso, além da redução do tempo da aula, houve a necessidade de criar uma equipe de legendagem. Por intermédio do Laboratório de Telejornalismo da Universidade Federal do Cariri foram ofertadas cinco vagas de estágio para estudantes de jornalismo com habilidades em edição, conhecimento prévio de acessibilidade de vídeos, acesso a equipamentos de informática (computadores e microfones de qualidade) e banda larga de internet.

Com a seleção dos cinco novos estagiários de jornalismo na área de edição e acessibilidade em vídeo, formou-se uma equipe de profissionais. As tarefas foram distribuídas, sendo que cada estagiário ficou responsável por uma disciplina e a sua respectiva legendagem. Conseguiu-se rapidez na execução e entrega do material legendado. Diante do que foi relatado, conclui-se que, ao planejar a acessibilidade de aulas remotas em vídeo no âmbito universitário, deve-se estar preparado para os novos desafios: formação de equipes de trabalho, equipamentos de informática, internet de qualidade, microfones, além da necessidade de engajamento de todos os atores envolvidos no processo: estudante, professor, técnico de educação superior, gestor, pedagogo, assistente social, psicólogo e profissional técnico de acessibilidade.

## Considerações Finais

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por e-mail no dia 15 de março de 2021.



Como abordamos, a pandemia do coronavírus gerou a necessidade de reconfiguração de práticas telejornalísticas, assim como no ensino nesta área. O processo com aulas remotas, através do suporte de plataformas online de videoconferência, trouxe muitos desafios para as instituições, docentes e para os discentes.

Neste cenário, o desenvolvimento de disciplinas práticas foi perpassado pelos desafios imputados pelo distanciamento professor/aluno e pelo uso da tecnologia para a execução das aulas. O ensino de telejornalismo precisou ser ressignificado e perpassado por novas práticas cotidianas no âmbito do fazer jornalismo para a TV, como a realização de sonoras à distância.

Cabe salientar, também, que em nível de ensino remoto emergencial, como estamos falando neste artigo, um ponto precípuo a ser pensado é a inclusão de pessoas com deficiência no cenário das aulas remotas. O acesso de todos ao ensino e a inclusão de pessoas com deficiência são garantidos em âmbito legal.

Observamos as estratégias de inclusão da UFPel, da Unipampa e da UFCA. Verificamos que as três instituições estão buscando concretizar iniciativas para deixar as aulas mais acessíveis e inclusivas. Visualizamos que os esforços das instituições estão sendo de grande relevância. Mas o assunto ainda precisa ser mais desenvolvido.

## Referências

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 de Jun. de 2021.

NEGRINI, Michele; ROOS, R. . Covid-19 e a ressignificação do ensino telejornalístico: novas experiências e desafios. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020. **Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020**.

NEGRINI, M. ROOS, R.. **Desafios no ensino de telejornalismo em tempos de Covid-19: ressignificações e novas experiências**. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. P.164-173. 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. ENSINO REMOTO OU ENSINO A DISTÂNCIA efeitos da pandemia. **Estudos Universitários: revista de cultura**, v. 37 | n. 1 e 2 | Dez. 2020.

RENÓ, Julia. **Jornalismo por ensino remoto: a pandemia vai afetar o futuro jornalista?**. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/jornalismo-por-ensino-remoto/>. Aceso em: 23 de julho de 2020.

ROOS, R.; NEGRINI, M.; BELOCHIO, V.. **O telejornalismo universitário e os aspectos locais: re-flexões sobre a produção telejornalística frente ao desenvolvimento da Web**. In: 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2019, Goiânia. **Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2019**.

RUBIRA, Jefferson Perleberg. Descrevendo imagens: Um estudo sobre a Audiodescrição como ferramenta de acessibilidade no telejornalismo. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

SOUZA, S. T (2020). **Adaptação das práticas laboratoriais em tempos de Covid-19: a produção em uma redação convergente de Jornalismo**. *Ensino do Jornalismo*, 4(1), 6-22.

UFCA. **Diretoria de Comunicação**. Entrevista em 10 de maio de 2021.

UFCA. **Secretaria de Acessibilidade**. Entrevista em 15 de março de 2021.

UFPEL. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão**. Disponível em:  
<https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobre/>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

UFPEL/ NAI. **Das atividades remotas e, ou de ensino à distância para as pessoas com deficiência auditiva**. 2020a. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

UFPEL/ NAI. **Das atividades remotas e, ou de ensino à distância para as pessoas com deficiência visual**. 2020b. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/>. Acesso em: 26 de julho de 2021.

VITAL, Rodrigo. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL**. Entrevista feita por aplicativo de troca de mensagens. 23 de junho de 2021. Pelotas, RS.